

# Avanços da COP27 e o compromisso com a descarbonização

A KPMG tem como objetivo ajudar empresas e governos a realizar a transição para emissões líquidas zero

Por **Nelmara Arbex**, sócia-líder de ESG Advisory da KPMG no Brasil.

**KPMG Business Insights**  
88ª edição | Dezembro de 2022





Nelmara Arbex

Como noticiado, entre 6 e 20 de novembro de 2022, foi realizada, em Sharm El Sheikh, no Egito, a 27ª edição da Conferência das Partes (COP). Realizadas anualmente, **as COPs são o momento em que o mundo fica sabendo como a agenda de redução das emissões de gases do efeito estufa e o estado dos ecossistemas para conter as mudanças climáticas evoluíram nos últimos 12 meses.** Para o avanço dessa agenda, é essencial que haja interação entre atores governamentais e não-governamentais, como empresas, setor financeiro e sociedade civil em geral, para definir os próximos passos.

Vale lembrar também que essas conferências são um momento em que os resultados dos trabalhos realizados ao longo do ano que antecede a conferência, a elaboração de acordos e a organização de alianças por metas comuns são anunciados. Por isso, dizemos que o trabalho acontece, em grande parte, no período entre as COPs.

Nesta COP27, chamou especial atenção a ampla participação de organizações da sociedade civil, de especialistas e de empresários brasileiros. Sobressaíram-se, ainda, a significativa representação de indígenas brasileiros e a presença, pela primeira vez, de um pavilhão para a juventude.

Temos, de fato, observado que cada vez mais setores da sociedade percebem a importância de participar dos debates. Tem crescido o entendimento de que, nessas conferências, se definem os planos e se organizam recursos que direcionarão o desenvolvimento das economias nas próximas décadas.

## Sobre principais anúncios e acordos firmados

O ponto de partida foram as resoluções de Glasgow, COP26, realizada em 2021. O Pacto de Glasgow reiterou o compromisso dos países de conter o aquecimento global em 1,5°C, com metas para chegarem a emissões líquidas zero (Net Zero Emissions) por volta de 2050.

Essa meta não foi modificada na COP27. Porém, a eliminação de combustíveis e atividades que causam o efeito estufa não foi o foco do acordo firmado entre os países. Por isso, vários observadores avaliam que a COP27 não priorizou a efetiva implementação de medidas de contenção das emissões.

Também a regulamentação do mercado global de créditos de carbono, considerada muito importante para a economia brasileira pela maioria dos especialistas, foi adiada para a próxima COP. As economias desenvolvidas terão grande dificuldade para atingir emissões líquidas zero, ou mesmo reduzi-las, sem firmar alianças com outros países que absorvem carbono e por isso podem vender seus créditos. **Se o Brasil controlar suas emissões e seguir crescendo com investimentos em energias renováveis, terá muito a oferecer para um mundo que busca zerar as emissões líquidas de carbono.**

Porém, vale ressaltar que muitos anúncios foram feitos e acordos intergovernamentais foram firmados. Todos eles na direção de criar ou reforçar planos de ação pela redução das emissões ou de oferecer apoio para a adaptação de regiões inteiras aos impactos das mudanças climáticas.

A principal decisão entre os países membros das Nações Unidas, considerada “histórica”, foi a criação do **fundos de compensação de danos climáticos**. Isso significa que os países com economias mais desenvolvidas vão repassar recursos, por meio desse fundo, para os países em desenvolvimento que já estejam lidando com a adaptação aos impactos das mudanças climáticas. O Paquistão, que em 2022 foi devastado por chuvas torrenciais e inundações que afetaram 33 milhões de pessoas, liderou as discussões e a formação das alianças.

Ainda é cedo para afirmar, mas essa decisão pode significar, para o Brasil, acesso a recursos para projetos de infraestrutura e moradia, por exemplo, que estão e continuarão a ser impactadas pelas mudanças climáticas na próxima década. Seu funcionamento ainda não está



claro. Foi criado um comitê para discutir o assunto e apresentar as diretrizes.

Vale lembrar que o Brasil formalizou com o Secretariado da UNFCCC suas metas de redução: apresentado em Glasgow, o documento [Diretrizes para uma estratégia nacional para neutralidade climática](#) reúne as estratégias que o Brasil pretende adotar em políticas e ações que permitam fazer a transição para uma economia neutra.

## Outros anúncios relevantes:

- Sobre a qualidade dos dados que evidenciam os esforços na direção de emissões líquidas zero em 2050, vale ressaltar o movimento resumido no documento [Integrity Matters: Net Zero commitments by businesses, financial institutions, cities and regions](#). O relatório traça um roteiro para prevenir greenwashing e traz 10 recomendações sobre como desenhar ou avaliar uma meta Net Zero com credibilidade. A KPMG e centenas de outras organizações apoiam este manifesto.
- Sobre a proteção e valoração das florestas tropicais, o Brasil, a República Democrática do Congo e a Indonésia anunciaram [o Pacto Global pela Proteção das Florestas Tropicais](#). Os três países, que abrigam mais da metade das florestas tropicais do mundo, comprometeram-se a trabalhar juntos para estabelecer um “mecanismo de financiamento” voltado à preservação das florestas. O acordo prevê cooperação na gestão e conservação sustentáveis, na restauração



de ecossistemas críticos e na criação de economias que garantam a saúde das pessoas e das florestas. Esse Pacto demonstrou outra tendência importante nesta COP: o fato de a liderança de inúmeras frentes ser assumida por países de economias em desenvolvimento. Inúmeros atores se aliaram ao chamado desses países pela proteção de ecossistemas que são considerados críticos para a estabilização do clima<sup>1</sup>.

- Conectada ao tópico da proteção de florestas, vimos, nas últimas semanas, uma série de [resoluções da União Europeia](#) e outros mercados sobre a regulamentação do controle da rastreabilidade dos produtos comercializados, para garantir que estes não tenham conexão com áreas de desmatamento.

- O G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Japão) e várias instituições financeiras anunciaram a criação de um [fundo de US\\$ 20 bilhões](#) para o fechamento das minas de carvão na Indonésia, país que detém a terceira maior área de floresta tropical do mundo e é o quinto maior emissor de CO<sub>2</sub> do planeta. **Mediante a criação do Fundo, o governo indonésio comprometeu-se a alcançar a neutralidade de carbono até 2050 e quase dobrar sua geração de energia renovável até 2030.**

## Instituições financeiras

Os riscos de mudanças climáticas e as questões a elas relacionadas entraram no radar das lideranças do setor financeiro. Em dezembro de 2015, o Financial Stability

<sup>1</sup> Conectado aos tópicos da proteção de florestas, vimos nas últimas semanas uma série de [resoluções da União Europeia](#) e outros mercados sobre a regulamentação do controle da rastreabilidade dos produtos comercializados para garantir que não tenham conexão com áreas de desmatamento.





## **Entender como se adaptar às mudanças climáticas e de que maneiras os planos de redução de emissões afetarão as operações são essenciais para as empresas"**

Board (FSB) criou a Força Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD), que tem a atribuição de desenvolver divulgações relacionadas ao clima voltadas a promover decisões de investimento, crédito e subscrição de seguros bem fundamentadas. **A adesão voluntária em nível global às recomendações da TCFD pode prover, aos investidores, credores e seguradoras, informações úteis à avaliação e à gestão de riscos e oportunidades associados à evolução do clima.**

Embora o setor financeiro seja atuante nas agendas da COP, o debate vai além das conferências. Há cinco anos, por exemplo, foi criado o Network for Greening the Financial System (NGFS), iniciativa que reúne bancos centrais e supervisores do sistema financeiro internacional para aprofundar a supervisão de riscos climáticos no setor financeiro. O tema é pauta inclusive do G20, que discute a alocação de capital para riscos climáticos entre as instituições financeiras.

**O Banco Central do Brasil (BCB) participa do NGFS e, em 2021, incluiu os riscos climáticos como parte da regulação que já abrangia o risco**

**socioambiental nas instituições financeiras.** Entre as mudanças da última regulação, o tema passou a compor os requisitos de políticas corporativas (Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática – PRSAC), testes de estresse de risco climático sobre as carteiras de crédito e o reporte sobre as ações das instituições financeiras ao próprio BC.

Além do BCB, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) lançou, em 2022, uma regulação sobre o tema, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a incluir os riscos climáticos entre os pontos a serem reportados por companhias listadas nos seus Formulários de Referência. A medida, sem dúvida, aumenta a transparência das informações para os tomadores de decisão financeira.

### **Concluindo...**

Todos os setores sentirão os efeitos pelas mudanças climáticas, ainda que de forma desigual. Áreas urbanas e rurais serão impactadas. Entender como se adaptar às mudanças climáticas e de que maneiras os planos de redução de emissões afetarão as operações e suas cadeias, bem como identificar oportunidades de gerar receita nesse contexto, são aspectos fundamentais para as empresas.

Hoje, a KPMG disponibiliza várias soluções integradas, como o desenho de rota para descarbonizar as operações e a verificação para controle de qualidade de créditos de carbono. A Organização também é integrante da Alliance for a Just Energy Transformation (AJET).

Assim, a KPMG reforça seu compromisso de apoiar governos, empresas e instituições financeiras na transição para uma economia de baixo carbono,

de modo que mantenham a resiliência de suas operações e sua competitividade global.

Há um ano, a KPMG criou um núcleo de serviços com foco em descarbonização do setor do agronegócios. A partir de agora, esse serviço se estende a serviços de apoio à descarbonização das operações de empresas em todos os setores, incluindo suas cadeias de fornecedores além de voltar um olhar para os portfólios de investimentos. Para esses serviços, contamos com um time de especialistas no País e exterior.

### **Esses produtos são:**

- Desenho da rota para descarbonização (Roadmap to Net Zero) para operações próprias e para cadeia de fornecedores, incluindo planos de financiamento da transição;
- Mapeamento de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e Estratégia Climática e Estruturação de governança climática;
- Verificação e monitoramento para oferta de créditos de carbono de alta qualidade.

Hoje, a KPMG conta com um time de mais de 150 profissionais, no Brasil e na América Latina, dedicados aos temas da gestão ESG.

<https://home.kpmg/br/pt/home/servicos/consultoria/risk-consulting/esg-environmental-social-governance.html>

